

Passarinho acha desaconselhável convocar o Congresso no recesso

O GLOBO

04 NOV 1991

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acha desaconselhável a convocação extraordinária do Congresso, pelo Executivo, caso não sejam votadas até 15 de dezembro as matérias que o Governo considera urgentes, entre elas a reforma tributária. Apesar de o Presidente Collor já ter considerado publicamente a hipótese da convocação extraordinária, Passarinho espera que o Congresso faça um esforço e vote em tempo hábil as matérias mais importantes. Para o Ministro, uma convocação poderia se tornar inócua, pois dificilmente haveria quo-

rum para as votações no período de recesso do Legislativo.

Como Senador, Passarinho conhece bem a tramitação de projetos no Congresso que, em dezembro, quase sempre acaba fazendo um esforço concentrado para votar uma extensa pauta protelada no decorrer do ano. Mesmo com o Executivo enviando mais uma proposta para o Legislativo — reforma tributária — hoje, quando ainda não foi votado nenhum item do Emendão, Passarinho acha que a tramitação se processará normalmente.

— Entendo que há condições de tramitação do Emendão e da

reforma tributária sem choques — avaliou o Ministro, sem fazer considerações de como trabalhará daqui para frente para a aprovação do Emendão.

As lideranças do PMDB, entretanto, estão preocupadas com o que consideram desinteresse do Executivo na tramitação do Emendão. O Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), tem repetido nos últimos dias que é necessário aprovar pelo menos alguns itens do Emendão, especialmente os que tratam da reforma fiscal, para que o Presidente Collor futuramente não venha a acusar o

Congresso pelos problemas de seu Governo.

O Líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), também estranha a falta de empenho das lideranças do Governo na aprovação do Emendão. Para ele, o PMDB não deve se esforçar para prestar uma satisfação à opinião pública, como quer Ibsen Pinheiro.

— Acho que se os partidos ligados ao Governo não se esforçam, não caberá ao PMDB e aos demais partidos de oposição fazer esse trabalho — diz Genebaldo.